



COMISSÃO EUROPEIA
EuropeAid - Serviço de Cooperação
Direcção América Latina

URB-AL

EUROPA - AMÉRICA LATINA

Formulário de pedido de subvenção no âmbito do convite à apresentação de propostas para projetos comuns tipo A

(Completar com caracteres de tamanho mínimo 10, máximo 20 - entrelinha simples)

O presente documento contém 11 páginas.

Rubrica orçamental ALR/B7-3110/2000/0021

Nome do candidato e referência do convite à apresentação de propostas	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
---	--

Processo nº	
-------------	--

(Reservado a uso interno)

□ O PROJETO

1. Descrição

1.1 Título

- **Instrumentos de articulação entre planejamento territorial e Orçamento Participativo (pedido de subvenção para projeto comum de tipo A)**

1.2 Local

País, região, cidade: **Brasil, Minas Gerais, Belo Horizonte**

1.3 Montante solicitado à Comissão Européia

169.377, 60	EUR	70%	% do custo total do projeto
-------------	-----	-----	-----------------------------

1.4 Resumo

Este projeto consiste em identificar, analisar, compartilhar e difundir boas práticas que busquem a articulação entre Planejamento Territorial e o Orçamento Participativo, conhecendo a metodologia utilizada para proceder esta articulação, bem como mensurar os resultados obtidos. Destina-se, em primeira instância aos membros das cidades sócias que já realizam o OP ou que o estejam implantando e a sócios externos que vêm desenvolvendo estudos sobre a utilização e impacto do OP no desenvolvimento urbano e social, e, também, a outras localidades fora do âmbito da rede 9 que poderão se beneficiar com a divulgação dos estudos sobre estas práticas. Para tanto, pretende constituir um espaço de trabalho em rede que se debruce sobre as experiências já consolidadas de localidades que os utilizam, tanto na América Latina quanto na Europa, realizando estudos de caso de cidades sócias, encontros de trabalho, e elaborar e publicar material técnico - pedagógico sobre o tema.

1.5 Objetivos

Objetivo geral:

Contribuir para o aprimoramento de práticas que promovam o desenvolvimento urbano e social das cidades, utilizando instrumentos de planejamento articulados aos procedimentos do Orçamento Participativo.

O projeto “Instrumentos de articulação entre planejamento territorial e Orçamento Participativo” tem como objetivo propiciar a troca de saberes entre os participantes, com vistas a sistematizar e divulgar as experiências que têm buscado articular estes dois campos de atuação, conhecendo os obstáculos enfrentados e, através da criação de indicadores, avaliar os resultados obtidos, além de criar condições que possibilitem a transferência dos saberes acumulados pelas localidades participantes para todos os municípios interessados, dentro e fora do âmbito da Rede 9. O projeto busca ainda um efeito sinérgico de cooperação entre os participantes, propiciando o desenvolvimento de parcerias duradouras.

Objetivos específicos:

A. Desenvolvimento de práticas que articulam o planejamento territorial com o Orçamento Participativo, e a construção de uma metodologia de monitoramento dos processos de inversão de prioridades nos investimentos públicos nas cidades envolvidas.

B. Capacitar profissionais das cidades sócias no processo de elaboração do Orçamento Participativo, enfocando o aspecto da articulação entre planejamento territorial e OP.

1.6 Justificativa

A) Especificação das necessidades e limitações percebidas nos países destinatários

A partir do ano 2000, as experiências de orçamentos participativos começam a ser adotadas, para além das localidades brasileiras, por cidades da América Latina e Europa, aproveitando os acúmulos de quase 15 anos de aplicação deste modelo de gestão compartilhada, guardadas as especificidades políticas, econômicas, culturais e geográficas de cada município.

Em sentido inverso, vem se desenvolvendo, ao lado destas práticas, uma cultura de planejamento territorial, de adoção de modelos, que, poder-se-ia dizer, difunde-se da Europa para a América Latina. O encontro da planificação do desenvolvimento das cidades e de práticas participativas constitui-se, então, em campo fértil de intercâmbio de boas práticas, trazendo luz para o enfrentamento de desafios com os quais os governos comprometidos com a busca do desenvolvimento social, econômico, democrático e com justiça social se deparam.

Desse encontro, depreende-se, em primeiro lugar, que Orçamento Participativo e Planejamento possuem estreita ligação, uma vez que o OP comporta o exercício de definir um elenco de obras enquadrado em um determinado volume de recursos, trabalhando, a um só tempo, com a idéia de escassez e a de prioridades. A esta dimensão de planejamento, que diz respeito à distribuição dos recursos disponíveis em função das prioridades, soma-se uma outra: a do planejamento territorial, que considera prazos mais longos e efeitos mais globais para o desenvolvimento em determinado território, relacionando-o ao conjunto de uma região ou município.

Segundo o Documento Base da Rede 9, no entanto, um dos maiores desafios que os OP enfrentam é justamente esta relação com o planejamento territorial, em especial, com os planos estratégicos e planos de desenvolvimento, por serem os OP, geralmente, exercícios de curto prazo, respondendo a demandas mais imediatas da população mais necessitada do município, e normalmente direcionadas à melhoria do bairro ou distrito.

Apesar das dificuldades, verificou-se ser possível potencializar os efeitos desta interação em diversas localidades que já vêm realizando o OP há vários anos, o que demandou estratégias diversas conforme o contexto em que se deu sua implantação – se antecedendo ou sucedendo a planos de desenvolvimento.

Em ambos os casos, observou-se que ele contribuiu positivamente para que se passasse de uma gestão urbana para uma gestão municipal do conjunto do território, e que, em última análise, a *ponte* entre OP e Planejamento são os próprios cidadãos participantes, que cada vez mais atuam nos dois âmbitos, o que coloca o desafio de promover e fortalecer, nos movimentos populares, a compreensão da necessidade e da importância do planejamento nesta passagem da *construção coletiva de demandas para a construção coletiva de projetos*, tanto em nível local quanto municipal. Além deste, outro desafio que se impõe é o de promover a compreensão, por parte dos cidadãos e cidadãs que participam dos OP, dos planos de desenvolvimento em si, tanto em termos de sua concepção quanto no que se refere aos instrumentos utilizados para construir os critérios que passam a nortear a aprovação de empreendimentos escolhidos pela população. Estes precisam, necessariamente, serem pactuados entre poder público e os atores envolvidos.

A planificação territorial compreende ainda, em nível local, principalmente em cidades da América Latina, a elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento que objetivam reduzir o hiato entre áreas ricas e pobres destes municípios, o que se convencionou chamar *inversão de prioridades*. No entanto, são poucas as investigações que permitem medir o impacto e o nível de inversão de prioridades em função dos OP

Neste contexto, no qual vários desafios e indagações se colocam, é necessário e oportuno verificar mais detidamente como tem se dado a vinculação dos OP com o planejamento físico e como tem sido possível conciliar as exigências de curto prazo da população com as exigências de longo prazo da cidade, sendo também necessário e oportuno verificar a possibilidade de criação de um instrumento de monitoramento das inversões de prioridades lançando mão dos recursos que têm sido utilizados para este fim, tal como propõe o presente projeto.

B) Relação dos grupos destinatários e estimativa do número previsto de beneficiários diretos e indiretos

Os beneficiários diretos correspondem aos seguintes atores das cidades sócias e sócio externo do projeto:

- Autoridades locais: 5 Prefeitos;
- Em Belo Horizonte: Secretarias e Gerências da Administração Municipal envolvida com o OP (SCOMURBE – órgão de coordenação de políticas urbanas, SCOMPS – órgão de coordenação de políticas sociais, GGOP – Grupo Gerencial do Orçamento Participativo e 09 SCOMGER – Secretarias de Coordenação Regional)
- Estruturas técnicas e técnicos municipais responsáveis por áreas e serviços municipais implicados no desenvolvimento e execução do Orçamento Participativo e em Planejamento em todos os municípios participantes, em torno de 36 pessoas, sendo:
 - No mínimo 12 pessoas envolvidas diretamente com os trabalhos do projeto (02 de cada cidade sócia e 04 da cidade coordenadora);
 - Demais técnicos municipais das cidades sócias e coordenadora: cerca de 24 pessoas (em torno de 10 em Belo Horizonte e pelo menos 3 em cada cidade sócia);
- Estruturas técnicas vinculadas ao sócio externo: pelo menos 2 especialistas.
- A comunidade acadêmica e outras instituições de ensino e pesquisa nas áreas de planejamento, economia e ciências políticas, dentre outras que possuem afinidade com o tema do projeto;
- Comissões e outras organizações sociais envolvidas nos processos de OP e/ou de Planejamento e estruturas híbridas (com integrantes do poder público e sociedade civil) que se ocupam dos temas relativos ao desenvolvimento urbano, da cidade coordenadora e das cidades sócias (em Belo Horizonte, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo – COMFORÇA, o Conselho da Cidade, os Conselhos Municipais de Política Urbana - COMPUR, do Meio Ambiente - CMMA e de Saneamento - COMUSA, dentre outros).

São beneficiários indiretos deste projeto :

- Cidades e organizações integrantes da Rede 9 URB-AL que manifestaram interesse em participar do projeto, mas que não puderam ser incluídas na composição definitiva do grupo;
- Cidades que estejam desenvolvendo Orçamentos Participativos, em torno de 200, segundo estima a Rede 9.
- Demais entidades sócias da Rede 9, de outras redes, sub-redes e projetos do Programa URB-AL (2000 sócios);

- Participantes dos processos de Orçamento Participativo, em especial os residentes em regiões mais vulneráveis de cidades que realizam OP;
- Em Belo Horizonte, os integrantes das Comissões de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo – COMFORÇA durante os mais de 10 anos de realização do OP: 2000 pessoas;
- Ainda em Belo Horizonte, os integrantes dos demais Conselhos e Comissões Regionais e Municipais da Cidade, cerca de 1000 pessoas.

C) Razões em que se baseia a escolha dos grupos destinatários ou atividades

A escolha de atores implicados diretamente nos processos de Orçamento Participativo e Planejamento, ou envolvidos no desenvolvimento de estudos e pesquisas relativos ao tema visa a contribuição que podem oferecer para a realização do objetivo do projeto, em função da experiência, do interesse e do conhecimentos que possuem.

D) Pertinência do projeto com relação aos grupos destinatários

A elaboração de um sistema de indicadores que venham aferir a inversão de prioridades em decorrência do OP bem como a análise aprofundada e a divulgação de práticas que o articulam a instrumentos de planejamento, contribuirá para a criação de ferramentas certamente úteis para as cidades que estejam desenvolvendo Orçamentos Participativos e para os demais destinatários:

- Para os municípios e as estruturas técnicas municipais, a pertinência deste projeto é grande, na medida em que, em primeiro lugar, a elaboração e utilização de tais instrumentos possibilitam uma vinculação entre planejamento e OP se dê efetivamente e que seus efeitos possam ser mensurados, o que dota os procedimentos de OP de maior resolutividade e transparência, dentre outros atributos. E estes instrumentos, em segundo lugar, podem ainda, propiciar a qualificação, o reforço e aprimoramento das capacidades dos técnicos municipais através do trabalho coletivo, do intercâmbio de experiências e da veiculação do material a ser produzido;
- Para as instituições de ensino e pesquisa que se ocupam do assunto, algumas inclusive com representação no Conselho da Cidade em Belo Horizonte, os produtos e ferramentas elaborados pelo projeto podem ser utilizados como referência para pesquisa e outros estudos, sendo que a participação da comunidade acadêmica nas etapas abertas do projeto (atividades dentro da programação dos seminários de lançamento e final, veiculação do trabalhos no site do projeto, etc) poderá favorecer sua contribuição e inserção em alguns trabalhos durante o desenvolvimento das atividades.
- Para as organizações sociais e demais instâncias de controle social envolvidas nos processos de orçamento participativo e/ou de planejamento, as consequências de se dotar os procedimentos de OP de maior resolutividade e transparência, e os técnicos municipais com capacitações também trazem benefícios, na medida em que a melhor compreensão e domínio de conceitos e critérios propostos para proceder a articulação entre planejamento e OP favorece a interlocução, transmissão e a produção de consensos entre a partes, o que, por sua vez, consolida os processos democráticos e participativos.
- Os participantes dos processos de Orçamento Participativo, em especial os residentes em regiões mais vulneráveis de cidades que realizam OP, beneficiários indiretos, poderão contar com instrumentos mais eficazes para a definição de critérios de destinação de recursos neste procedimento, principalmente no que diz respeito à promoção de inversão de prioridades;

E) Pertinência do projeto com relação aos objetivos do programa e da rede temática

O tema proposto vincula-se diretamente aos objetivos do Programa URB-AL, quais sejam, os de desenvolver relações diretas e duradouras entre as coletividades locais européias e latino americanas mediante a difusão, aquisição e aplicação das melhores práticas no âmbito das políticas urbanas, e ao objetivo da Rede 9, Financiamento local e Orçamento Participativo, através de atividade elaborada, proposta e colocada em prática pelos participantes, visando contribuir para o aprimoramento das práticas de Orçamento Participativo quanto aos aspectos relacionados à articulação ao planejamento territorial.

F) Pertinência do projeto em relação às prioridades do programa e da rede temática

O projeto comunga com as prioridades do Programa URB-AL, especialmente no que diz respeito à luta contra a pobreza e os desequilíbrios sociais e à promoção da sociedade da informação, abordando o Orçamento Participativo – reconhecido pelo Programa como instrumento democratizador das finanças locais e da vida das cidades, propiciando a inclusão social das áreas mais pobres das cidades no planejamento urbano e nos investimentos de recursos públicos. Combina participação cidadã com eficiência na gestão dos recursos financeiros – em uma das dimensões centrais apontadas no Documento Base da Rede 9 URB-AL, a dimensão territorial.

A “Dimensão Territorial”, por sua vez, se insere em um dos quatro eixos temáticos propostos para o desenvolvimento de Projetos Comuns no âmbito da Rede 9, “Articulação entre Orçamento Participativo e Planejamento”, tema deste projeto.

Este projeto possui, ainda, uma vinculação direta com a proposta, também sugerida no Documento Base, de investigar as articulações entre planos de desenvolvimento ou de classificação territorial e os OPs, uma vez que pretende conhecer as estratégias adotadas em várias localidades para estabelecer esta interação, e o modo pelo qual enfrentaram o desafio de conciliar as exigências de curto prazo da população com as exigências de longo prazo do planejamento urbano.

O propósito de criar um instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades vincula-se, por sua vez, a outro ponto central levantado pelo Documento Base que diz respeito à falta de investigações, à excessão de alguns trabalhos pioneiros, que permitam medir o nível de inversão de prioridades e o impacto sobre as condições de vida da população que decorrem efetivamente da realização de orçamentos participativos. Sugere-se, neste documento, como linha de trabalho, explorar mais profundamente a metodologia de construção de um instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades utilizando algumas ferramentas já experimentadas por alguns municípios brasileiros, como por exemplo os mapas de exclusão social.

Construir um instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades, sistematizar e difundir estas experiências, contribuirão para o desenvolvimento de iniciativas similares em outras localidades, favorecendo o intercâmbio entre os sócios e a identificação de problemas e prioridades comuns, promovendo e dando visibilidade às práticas que possuem resultados comprovados em localidades latinoamericanas e européias, o que está em consonância com as prioridades do Programa URB-AL e da Rede 9.

1.7 Descrever pormenorizadamente as atividades

A.1- Organização do projeto

A.1.1 Criação da Equipe de Coordenação do projeto, formada por membros vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte, que contará com a colaboração e assessoramento do sócio externo, CIGU.

A.1.2 Constituição de um Comitê Técnico formado por um representante de cada sócio pertencente à Equipe de Execução do projeto e pela Equipe de Coordenação.

A.1.3 Constituição de Equipes Locais nas prefeituras de cada cidade sócia.

A.2 – Realização de uma reunião do Comitê Técnico em Belo Horizonte para preparação do Seminário de Lançamento do Projeto e as primeiras atividades.

A.2.1 Elaboração de um roteiro para iniciar o estudo de caso e seu envio para as cidades envolvidas.

O Comitê Técnico se incumbirá de elaborar um roteiro para estudo de caso com o objetivo de conhecer em detalhe as experiências que propõem articular o processo do OP ao planejamento territorial.

A Equipe de Coordenação do projeto, juntamente com o sócio externo, se incumbirá de identificar e convidar outras localidades que, em função de sua experiência no tema trabalhado pelo projeto, possam contribuir com o trabalho, através do preenchimento do referido roteiro (possíveis fontes para identificação : o próprio documento base e o banco de dados sobre OP construído no âmbito da rede 3 através de projeto coordenado por Córdoba).

A.2.2- Planejamento da oficina de intercâmbio de experiências e capacitação

A.3 - Identificar, analisar, comparar e compartilhar as realidades locais dos parceiros e suas experiências em planejamento e Orçamento Participativo.

A.3.1 – Elaboração dos Estudos de Caso nas cidades sócias e convidadas.

Cada cidade sócia e convidada se incumbirá do respectivo estudo de caso seguindo o roteiro e contará com o apoio da equipe de coordenação do projeto e do sócio externo, que acompanharão o desenvolvimento dos trabalhos das cidades sócias e convidadas e manterão informados todos os sócios sobre o andamento da atividade, acionando, se necessário, o Comitê Técnico em sua totalidade.

A.3.2 – Análise preliminar dos Estudos de Caso e elaboração do esboço de um instrumento de aferição e monitoramento do nível de inversão de prioridades obtidos com o OP

Tomando o material recebido pelas cidades sócias e convidadas, a equipe de coordenação do projeto e o sócio externo se incumbirão de sistematizar os estudos de caso e proceder uma análise preliminar comparada das experiências que articulam OP e planejamento, e selecionarão 05 experiências para análise aprofundada, acionando e contando com a participação dos outros integrantes do Comitê Técnico virtualmente e, na medida das possibilidades, presencialmente, tendo em vista as distâncias geográficas.

A equipe de coordenação e o sócio externo elaborarão ainda, utilizando as informações contidas nos estudos de caso, o esboço de um instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades obtidos com o OP, objetivando permitir sua utilização e adaptação às particularidades de localidades interessadas em realizar este procedimento, para ser apresentado e discutido pelos sócios por ocasião do Seminário Internacional de Lançamento do Projeto.

A.4 –Seminário Internacional de Lançamento do Projeto.

Seminário em Belo Horizonte, com a participação de membros da Rede URB – AL 9, autoridades e entidades locais interessadas, com a seguinte programação: apresentação preliminar dos Estudos de Caso e primeiros resultados da análise comparada das experiências que articulam OP e planejamento selecionadas, apresentação dos primeiros estudos visando a criação do instrumento de monitoramento e medição de inversão de prioridades e uma oficina de intercâmbio de experiências e capacitação. Finalizando as atividades deste encontro, será realizada reunião de avaliação entre os sócios.

A.4.1- Apresentação preliminar dos estudos de caso e primeiros resultados;

A.4.2- Apresentação dos primeiros estudos visando a criação do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades;

A.4.3- Oficina de Intercâmbio de Experiências e Capacitação enfocando a articulação entre Planejamento e OP.

Intercâmbio entre técnicos das cidades sócias que estão na fase de implantação do OP e as que já possuem acúmulos na experiência de articular instrumentos de planejamento e OP. O intercâmbio visará à capacitação de pessoal técnico envolvido no planejamento e desenvolvimento de ações referentes ao objeto de trabalho do projeto e se dará no formato de oficinas para apresentação de experiências locais (o Comitê Técnico avaliará se a participação nesta atividade poderá ser ampliada para outros interessados);

A.4.4- Reunião entre os sócios para avaliação dos trabalhos e planejamento das etapas seguintes.

Por ocasião do Seminário, será realizada também uma reunião entre os membros das cidades sócias e sócio externo para avaliação das atividades desenvolvidas até o momento e demais questões relativas ao prosseguimento dos trabalhos.

A.5 – Criação de um site para promoção de discussões, circulação de informações e disponibilização dos resultados do projeto.

Será criado um site com o objetivo de estabelecer um processo de intercâmbio de conhecimentos, de veicular informações entre as cidades sócias e convidadas a participar dos Estudos de Caso, bem como o de divulgar e dar visibilidade ao projeto. Serão disponibilizados no site, após o Seminário de lançamento do projeto, e ao longo do período de sua realização, à medida em que estejam sendo finalizados, os estudos de caso, sua comparação, as conclusões e o material produzido, permanecendo ativado também após a conclusão dos trabalhos. Através do site, ainda, serão estabelecidos hipervínculos (links) com os demais sites existentes sobre Orçamento Participativo e Planejamento, principalmente com os dos demais subprojetos dos sócios do Programa URB-AL e da Rede 9.

A.6 - Prosseguimento e finalização das atividades programadas

O prosseguimento dos trabalhos compreenderá as seguintes atividades: Finalização da análise comparativa das experiências e estudo de caso das cidades parceiras (A.3), finalização da construção do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades (A.3) e elaboração do material que será disponibilizado ao final do projeto (publicações e outros produtos do trabalho realizado), após sua aprovação, por ocasião do Seminário de Encerramento.

A.6.1- Finalização da análise comparativa das experiências e estudo de caso das cidades parceiras (conforme descrito em A.3)

A.6.2- Finalização da construção do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades (conforme descrito em A.3) e experimentação do método em uma cidade brasileira.

Para este trabalho, a Coordenação do projeto acionará e contará com a participação dos outros integrantes do Comitê Técnico, virtual ou presencialmente, tal como na elaboração da análise comparada dos Estudos de Caso e elaboração do manual metodológico de monitoramento e aferição de inversão de prioridades.

A.6.3- Elaboração do material que será disponibilizado ao final do projeto

Além do material produzido e disponibilizado durante a realização de cada atividade (Informe da Reunião presencial do Comitê Técnico, Roteiro para elaboração dos Estudos de Caso, Informe do Seminário de Lançamento do Projeto, Informe sobre Intercâmbio de Experiências e Capacitação), serão elaborados:

- Um informativo contendo estudo de casos de 5 cidades e síntese abordando a análise comparativa destas experiências, em português, espanhol e italiano;
- Um manual metodológico de monitoramento e aferição de inversão de prioridades;
- Um relatório contendo os resultados de uma experimentação da utilização do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades (a ser apresentado no Seminário final).

- Revista:

O material sobre os estudos de caso, o manual metodológico de monitoramento e aferição de inversão de prioridades serão também objeto de publicação resumida, no formato de uma revista trilingue (português, italiano e espanhol), com tiragem de 10.000 exemplares, a ser distribuída para as cidades parceiras do Projeto, as cidades integrantes da Rede Urb-al nº 9 e demais interessados, contendo o resumo do material produzido.

- Versão em CD de todo o material produzido, que será também disponibilizado no site do projeto.

A.7 – Realização do Seminário Final.

A cidade coordenadora do projeto organizará juntamente com a cidade de Ariccia (Itália - UE), escolhida para sediá-lo, o Seminário Final, com a participação dos sócios do projeto, para o qual serão convidados os demais membros da Rede URB – AL 9, autoridades e entidades interessadas no tema, para apresentação dos resultados do trabalho realizado: análise comparada dos estudos de caso e do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades, bem como as conclusões e recomendações advindas da experiência; reunião de avaliação final entre os sócios e comitê técnico e lançamento das publicações e do CD Rom.

A.7.1- Apresentação da Análise Comparada dos Estudos de Caso de 5 cidades;

A.7.2- Apresentação do Instrumento de Monitoramento e Aferição de Inversão de Prioridades e informe resultante da experimentação do método em uma cidade brasileira

A.7.3 - Reunião entre Coordenação, demais sócios e Comitê Técnico

- Aprovação do material de divulgação dos trabalhos realizados;
- Avaliação final dos trabalhos

A.8 – Ampla divulgação do projeto e de todos os seus resultados através das publicações, CD-Room e site específico.

A divulgação dos produtos se dará nos eventos, no site, nos informativos impressos remetidos aos segmentos identificados como destinatários do projeto, ficando a distribuição dos produtos a cargo da coordenação e também de todos os sócios do projeto em suas respectivas regiões.

A.9 – Realização de auditoria contábil e financeira.

Ao final do projeto, será realizada uma auditoria externa. A coordenação do projeto será responsável pela sua contratação e por fornecer as informações necessárias, contando com a colaboração dos sócios para o fornecimento de informações adicionais, se requeridas pela auditoria.

1.8 Metodologia

a) Método de execução

O Projeto adotará processos participativos e democráticos, com troca efetiva de informações e saberes entre os sócios participantes, de forma a promover a cooperação horizontal entre os governos locais e

estimular o intercâmbio de experiências e a apropriação de conhecimentos. A criação de um Comitê Técnico favorecerá o envolvimento de todos os sócios nas atividades previstas.

O intercâmbio de informações, envolvendo documentos e relatos de experiências entre os sócios, se dará à distância, através da Internet ou de contatos telefônicos, e presencialmente, durante os dois seminários e reuniões do comitê técnico e na oficina de capacitação, paralela ao primeiro seminário.

Objetivo A:

O processo de trabalho compreenderá três etapas para a realização do objetivo A (elaboração de roteiro para estudo de caso, análise comparada das experiências e construção de instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades), considerando, nesta elaboração, três variáveis centrais:

- Localização de inversão de prioridades no território
- Correlação entre tempo de realização de OP e inversão de prioridades;
- Redução da exclusão territorial, social e política.

Quanto à elaboração de **roteiro para estudo de caso**, esta ficará a cargo do Comitê Técnico, observando o cumprimento do objetivo de conhecer em detalhes as experiências que se propõem a articular o processo do OP ao planejamento territorial, definindo o conteúdo e alcance dos estudos que serão realizados no projeto, o sistema de avaliação dos resultados e sua divulgação, devendo abordar os seguintes pontos:

- Montagem de uma base de informações espaciais num GIS (Sistema de Informações Geográficas) identificando as áreas objeto das intervenções de acordo com a sua inserção no planejamento territorial, identificando os beneficiários diretos e indiretos, e detalhando as informações demográficas, sócio-econômicas, urbanísticas, ambientais e culturais que caracterizam cada área-alvo e o seu entorno imediato. Padronizar essas bases de informações entre os sócios para propiciar uma ampla troca de informações e comparações entre os casos. Aqui, o sistema caracteriza-se como um instrumental de planejamento e de apoio às decisões que nortearão a definição dos critérios.
- Sistematizar Informações sobre os atores envolvidos no processo de OP (corpo técnico das administrações municipais, comissões/conselhos de cidadãos com atribuição de acompanhamento e fiscalização da execução de empreendimentos aprovados nos OP e com responsabilidade nas definições e acompanhamento das políticas de desenvolvimento urbano, tais como COMUSA, COMPUR E CMMA em Belo Horizonte e com atores políticos, etc); antecedentes que apontaram a necessidade de modificações metodológicas nos processos de OP (tais como existência de superposição de empreendimentos demandados, dificuldades para execução dos empreendimentos escolhidos devido a dificuldades de operacionalização, etc); e como foram estabelecidos os critérios para nortear a escolha de empreendimentos em função da detecção de necessidades locais, regionais e municipais (essa detecção das necessidades é favorecida pela articulação das características locais e regionais em modelos espaciais no GIS).
- Estudo pormenorizado sobre planos de desenvolvimento municipal e demais instrumentos de planejamento utilizados nos OP pelas localidades (tais como índices de desenvolvimento regional e local, de vulnerabilidade e exclusão social), abordando a descrição dos instrumentos, da metodologia e dos indicadores usados em sua construção; o modo como se deu a divulgação e apropriação dos critérios construídos através da utilização destes instrumentos por parte dos participantes do OP; sobre a existência ou não de formas de avaliação dos resultados da utilização destes instrumentos nos processos de OP, tais como sistemas de indicadores de *inversão de prioridades* e mudanças na qualidade de vida em regiões vulneráveis, sua descrição (metodologia utilizada, resultados obtidos, etc), bem como avaliação do potencial de transferência das experiências para outras localidades (lições aprendidas, etc).
- Consolidação dos indicadores formulados na fase de diagnóstico, de acompanhamento e de avaliação dos resultados (tais como índices de desenvolvimento regional e local; de vulnerabilidade e exclusão social; de *inversão de prioridades*; e de mudanças na qualidade de vida em regiões vulneráveis) no sistema de informações geográficas (GIS), segundo os modelos espaciais contemplados pelo planejamento territorial e os modelos espaciais derivados da

caracterização das áreas-alvo. Aqui, o sistema caracteriza-se como um instrumental para a avaliação dos impactos das intervenções (correlacionando as variáveis territoriais na dimensão “horizontal”, conotando a acessibilidade limitada pelo físico, ou a exclusão territorial imposta pela distância ou pela ausência dos equipamentos urbanos; e na dimensão “vertical”, conotando a acessibilidade limitada pelo não-físico, e que pode ser entendida como exclusão social e política). Servirá também como um instrumental para a avaliação da eficácia das intervenções, cuja medida deriva da correlação entre o tempo de implantação do empreendimento e a inversão de prioridades.

Para proceder a **sistematização e análise comparada dos Estudos de Caso**, a Coordenação do Projeto e o sócio externo se incumbirão de elaborar um resceneamento das experiências que articulam OP e planejamento, com vistas a criar condições que possibilitem a troca e a transferência dos saberes acumulados pelas localidades participantes para todos os interessados. A análise comparada dos estudos de caso privilegiará os temas propostos para investigação discutidos no lançamento da Rede 9, conforme o Documento Base, principalmente os contidos na dimensão normativa e jurídico-legal, a saber:

- Vinculação dos OP com o planejamento físico das cidades : estratégias utilizadas para conciliar as exigências de curto prazo da população com as exigências de planejamento de longo prazo da cidade ; grau de compreensão e de engajamento dos participantes dos processo de OP (movimento popular, membros de comissões e conselhos de OP, etc) nas propostas que articulam Planejamento e OP; e
- Instrumentos utilizados para construir os critérios que norteiam a escolha e a aprovação de empreendimentos do OP.

Para a **construção do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades**, a Coordenação do Projeto e o Comitê Técnico considerarão os indicadores utilizados nos instrumentos existentes e apreendidos dos Estudos de Caso (mapas de exclusão social, de abrangência espacial de equipamentos construídos em regiões de alto índice de vulnerabilidade, etc) visando sua utilização e adaptação às particularidades de localidades interessadas em realizar este procedimento.

Objetivo B

O intercâmbio entre técnicos das cidades sócias se dará através de uma oficina de capacitação a ser realizada por ocasião dos Seminário de Lançamento do Projeto como atividade paralela, cuja programação, metodologia, pontos específicos a serem abordados, público alvo, etc, serão definidos na reunião do comitê técnico, considerando a diversidade das experiências dos sócios e as diferenças de processos e estágios de implementação de processos participativos e planejamento, o que constitui umas das riquezas a serem exploradas durante os trabalhos

b) Razões que justificam a escolha da metodologia proposta

A metodologia proposta está de acordo com o princípio da Rede 9 que estabelece a cooperação entre os participantes e a criação de laços institucionais fortes e de troca de experiências e saberes, além de propiciar a potencialização de sua capacidade de gestão, permitindo que as ações sejam mais assertivas quando de sua implantação e que novos métodos mais eficazes e possíveis de execução sejam implementados.

c) Se o projeto é um prolongamento de outro já existente, explicar de que forma ele se baseia nos resultados deste último.

O presente projeto não é um prolongamento de outro já existente.

d) Procedimentos de avaliação interna

A avaliação interna do projeto se dará em todas as etapas de sua realização, em especial nas duas reuniões presenciais, tanto entre o nível de coordenação quanto em nível técnico, desenvolvendo-se

de forma participativa, analisando o cumprimento dos acordos entre os participantes (prazos para apresentação de informações, grau de participação e envolvimento, etc) utilizando fichas de avaliação elaboradas pela coordenação do projeto, com a colaboração do sócio externo. Pretende-se que estas avaliações contribuam para aproximação e o estreitamento de laços de trabalho para a realização do objetivo comum e que sejam um veículo de transmissão das lições aprendidas. Ao final do projeto, estes procedimentos subsidiarão a elaboração de um documento síntese de avaliação interna que será enviado para os signatários da adesão das cidades sócias e para a Coordenação da Rede 9.

A avaliação das atividades realizadas, do material produzido e do impacto do projeto, serão feitas ao final de cada etapa cumprida e ao final dos trabalhos, à luz dos indicadores estabelecidos, e serão promovidas pela coordenação, com o apoio do sócio externo.

e) grau de participação e atuação no projeto das demais entidades (associadas ou outras)

A equipe de coordenação do projeto se incumbirá da coordenação de todas as atividades do projeto, desde os aspectos organizacionais (organização dos dois seminários, e das outras atividades locais), e do controle do orçamento, buscando garantir a participação e a contribuição efetiva dos sócios em todas as etapas do projeto.

O sócio externo, por sua vez, assessorará a equipe de coordenação do projeto e se incumbirá de apresentar proposição de metodologia para o desenvolvimento das atividades de elaboração de roteiro para estudo de caso, para a análise comparada dos estudos de caso e a sistematização das experiências, bem como para a construção do instrumento de monitoramento e avaliação de impacto do OP quanto à inversão de prioridades, a partir das proposições referentes a estes pontos contidas neste documento, assessorando também o Comitê Técnico em todas as etapas deste trabalho.

A cidade que sediará o Seminário Final (Ariccia - Itália) participará de sua organização, juntamente com a coordenação do projeto.

Funções a serem desempenhadas pelos participantes diretos do projeto:

Sócio de pleno direito, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Brasil (América Latina), entidade coordenadora do projeto, desempenhará as seguintes funções:

- Coordenação geral do projeto, com a colaboração dos sócios e da Coordenação da Rede 9 URBAL
- Participação no Comitê Técnico
- Acompanhamento à distância e supervisão de todas as atividades do projeto.
- Sistematização de informações e preparação de material técnico e documentos (estudos de caso, análise comparada dos estudos de casos e instrumento de monitoramento e medição de inversão de prioridades)
- Incorporação dos aportes dos sócios ao material produzido e preparação dos documentos para edição final, publicação e difusão.
- Organização dos eventos em Belo Horizonte e na cidade de Ariccia, em cooperação com esta cidade.
- Administração dos recursos financeiros do projeto, segundo às normas e procedimentos da Comissão Européia e URBAL
- Coordenação e participação na avaliação interna do projeto durante os seminários e na avaliação final.
- Publicação e difusão dos resultados através dos sites do Projeto, do Programa URBAL, da Red 9, CIGU e de outros meios (OIDP, etc)
- Contratação de auditoria externa para o projeto.

O sócio externo, CIGU (Centro Internacional de Gestão Urbana), proporcionará assessoria técnica à cidade coordenadora do projeto (Belo Horizonte, Brasil), através das seguintes ações:

- Assessoria e acompanhamento das atividades técnicas da Coordenação do Projeto e do Comitê Técnico para elaboração do roteiro para Estudo de Caso, análise comparada dos estudos de caso e construção do instrumento de monitoramento e medição dos resultados obtidos com as experiências de OP quanto à inversão de prioridades, exercendo função de

coordenação científica dos especialistas indicados por cada cidade sócia para integrar a Comissão.

- Apoio técnico especializado para a sistematização e análise comparada dos Estudos de Caso, instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades e para outras questões que surjam no decorrer dos trabalhos, a pedido da coordenação do projeto
- Assessoria para a elaboração de documentos e material para os Seminários, bem como para organização dos mesmos
- Participação na avaliação interna dos trabalhos durante todo o projeto
- Assessoria na condução e dinâmica dos seminários

Os outros sócios de pleno direito que fazem parte do projeto: Guarulhos – Brasil – AL, Municipalidad de Bella Vista – Argentina – AL, Ajuntamiento de Córdoba – Espanha – UE, e Comune di Ariccia – Itália – UE, desempenharão as seguintes funções:

- Participação no Comitê Técnico
- Preparação das informações e elaboração dos estudos locais acordados no plano de trabalho geral do projeto (Elaboração do roteiro para Estudo de Caso e realização do Estudo de Caso)
- Participação nas atividades presenciais de intercâmbio de experiências (Seminários, Reuniões de Trabalho, oficinas, etc)
- Participação nas avaliações internas do projeto
- No caso de Ariccia, organização, juntamente com a cidade coordenadora, do Seminário Final do Projeto
- A cidade sócia escolhida para a experimentação do instrumento de monitoramento e medição de inversão de prioridades, organizará e preparará a atividade juntamente com a cidade coordenadora.

f) razões que justificam o papel de cada sócio

As cidades sócias terão no projeto papel fundamental, envolvendo-se em todas as atividades. As cidades que possuem experiência nesta articulação entre planejamento e OP, já tendo desenvolvido estudos e instrumentos de monitoramento e avaliação dos resultados obtidos com estas práticas (em especial as cidades sócias do presente projeto, Belo Horizonte, Guarulhos e Córdoba, bem como as cidades que serão convidadas a elaborar os estudos de caso), podem contribuir para a produção e sistematização destes conhecimentos com vistas a que, através dos intercâmbios propostos, contribuam para os trabalhos das cidades que integram o projeto em função de seu interesse em promover em seus municípios a articulação entre planejamento e processos participativos (Bella Vista e Arizzia). A participação do sócio externo contribuirá, dada sua experiência, para garantir a consistência dos trabalhos de estudo de caso, avaliação, sistematização da experiência, construção dos índices, além de contribuir para a difusão e transferência dos produtos do projeto.

g) equipe proposta para a execução do projeto - É obrigatório anexar os curriculum vitae das pessoas indicadas

A equipe proposta para execução do projeto conta com integrantes de todas as cidades sócias e sócio externo, assim distribuídos: Coordenação do projeto – Belo Horizonte (4 pessoas), Cidades sócias e sócio externo (mínimo de 2 pessoas de cada). Deste conjunto será composto o Comitê Técnico (Coordenação e um dos integrantes da equipe de execução de cada cidade sócia e sócio externo)

Equipe Proposta para Execução do Projeto :

Belo Horizonte :

Fernando de Melo Nogueira
Maria Auxiliadora Gomes

Rosana Baccarini
Marcos Ubirajara de Carvalho e Camargo

Guarulhos :

Luiz Carlos Fabbri
(o outro integrante será indicado)

Bella Vista :

Júlio César Veglia
Ines J. Presman
Kurt Carlos César Witte

Ajuntamento de Córdoba :

Felipe Lhamas Sánchez
Paula Estebanz Berzal

Comune de Ariccia

Cláudia Silvestri
(o outro integrante será indicado)

CIGU

Jaime Vasconez Suarez
Yves Cabannes

Cada cidade sócia e sócio externo se incumbirá de constituir uma equipe de trabalho local para dar suporte ao desenvolvimento das atividades da Equipe de Execução.

Da parte de Belo Horizonte, ficará à disposição do projeto a equipe de trabalho local mencionada no item 4.3.

1.9 Duração e plano de ação

A duração do projecto é de 15 meses.

Ano	Atividade	Local (cidade)	Organismo responsável pela execução
Ano 1			
	Organização e Preparação do Seminário de Lançamento do Projeto		
Mês 1	Preparação e execução da Atividade 1 Criação da Equipe de Coordenação; Constituição de Equipes Locais; Constituição do Comitê Técnico.	Belo Horizonte Todas	Coordenação do Projeto Todas as cidades parceiras Sócio externo
Mês 2	Preparação da Atividade 2 Reunião C. Técnico Elaboração de roteiro para Estudo de Caso; Planejamento da oficina de intercâmbio de experiências e capacitação.	Belo Horizonte	Coordenação do Projeto Sócio externo Comitê Técnico
	Execução da Atividade 2 Envio dos roteiros para cidades sócias e convidadas.	Belo Horizonte Todos	Coordenação do Projeto Sócio externo

Mês 3	Execução da Atividade 3 Elaboração dos Estudos de Caso nas cidades sócias e convidadas; Análise preliminar dos Estudos de Caso e elaboração do esboço de um Instrumento de Monitoramento e aferição de Inversão de Prioridades obtidos com o OP.	Todas	Todas as cidades parceiras e convidadas com suporte da Coordenação e Comitê Técnico
Mês 4	Execução da Atividade 4 Lançamento de Projeto Apresentação preliminar dos Estudos de Caso e primeiros resultados; Apresentação dos primeiros estudos; Oficina de intercâmbio de experiências de capacitação ; Reunião entre os sócios para avaliação dos trabalhos e planejamento das atividades seguintes.	Belo Horizonte	Coordenação do Projeto Sócio externo Comitê Técnico Todos os sócios
	Execução da Atividade 5 e preparação da Atividade 8 Criação de um site para divulgação do projeto e dos resultados dos trabalhos na internet ao longo do período de execução das atividades.	Belo Horizonte	Coordenação do Projeto
Mês 5 a 12	Preparação das Atividades 6, 7 e 8 Finalização da análise comparativa das experiências e Estudo de Caso das cidades parceiras (conforme A . 3); Finalização da construção do Instrumento de Monitoramento e Medição de Inversão de Prioridades; Elaboração do material que será disponibilizado ao final do projeto.	Belo Horizonte	Coordenação do Projeto Com apoio do Sócio externo e do Comitê Técnico
Ano 2			
Mês 13	Execução da Atividade 7 Seminário Encerramento Apresentação da análise comparada dos Estudos de Caso de 5 cidades; Apresentação do Instrumento de Monitoramento e Medição de Inversão de Prioridades; Reunião de coordenação, demais sócios e Comitê Técnico	Ariccia	Coordenação do Projeto Com apoio do Sócio externo e do Comitê Técnico Todos os sócios
Meses 13 e 14	Execução da Atividade 8 Ampla divulgação do projeto e dos todos os seus resultados através das publicações, CD Room e site específico.	Todas as localidades	Coordenação do Projeto Todos os sócios
Mês 15	Execução da Atividade 9 Realização de auditoria contábil e financeira ;	Belo Horizonte	Coordenação do Projeto (colaboração de todos os sócios)

2. Resultados esperados

1. Produção e disponibilização de material detalhado sobre como construir e utilizar instrumentos de planejamento nos OP de modo a permitir sua reprodução e adaptação para outras localidades.
2. Disponibilização de metodologia comum para construção de instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades em função da realização de Orçamento Participativo
3. Troca de experiências entre as cidades participantes e divulgação de suas experiências relativas ao tema.
4. Preparação de atores públicos e privados que atuam nas áreas de planejamento e de OP nos municípios participantes para desenvolver experiências de OP relacionando-o ao desenvolvimento urbano e social.

2.1 - Impacto esperado ao nível das autarquias locais

A) De que modo o projeto melhorará a situação das coletividades locais

A articulação mais afinada entre Orçamento Participativo e Planejamento Territorial possibilitada pelo projeto permitirá que se tenha um instrumento de melhor direcionamento dos investimentos públicos para as áreas socialmente excluídas.

B) De que modo o projeto melhorará a capacidade técnica e de gestão dos grupos destinatários ou dos sócios

Através da apropriação e do aprimoramento dos instrumentos de planejamento existentes, bem como do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades a ser construído no decorrer do projeto, o corpo técnico das localidades sócias melhora sua capacidade técnica e de gestão dos processos de orçamento participativo.

Além disto, o encontro, propiciado pelo projeto, de localidades com variados tempos e experiências relacionadas a processos participativos de planejamento urbano permite que as cidades que estão no início de implantação do Orçamento Participativo se beneficiem das lições aprendidas e dos acúmulos recolhidos pelas localidades que já o realizam há mais tempo.

2.2 - Publicações e outros resultados

A seguir, listagem dos produtos do projeto, já mencionados e detalhados em outras seções:

- Relatório da Reunião presencial do Comitê Técnico;
- Roteiro para elaboração dos Estudos de Caso;
- Relatório do Seminário de Lançamento do Projeto;

- Relatório sobre a Atividade de Intercâmbio de Experiências e Capacitação;
- Publicação contendo estudo de casos de 5 cidades e síntese da análise comparativa destas experiências, em português, espanhol e italiano, com tiragem de 2000 exemplares;
- Manual metodológico de monitoramento e aferição de inversão de prioridades, com tiragem de 1000 exemplares;
- Relatório contendo os resultados de uma experimentação da utilização do instrumento de monitoramento e aferição de inversão de prioridades;
- Revista trilingüe (português, italiano e espanhol) contendo resumo do material produzido, com tiragem de 10.000 exemplares;
- Versão em CD de todo o material produzido, que será também disponibilizado no site do projeto.
- Site onde serão disponibilizados todos os produtos do projeto

2.3 Efeitos multiplicadores

A disponibilização dos produtos do projeto, de modo detalhado nos relatórios, informativos e manual, e de forma resumida na revista, concorre para a produção de efeitos multiplicadores, possibilitando a sua transmissão e aproveitamento para melhorar a qualidade dos processos de OP em outras localidades, além da possibilitar a transmissão da própria experiência vivenciada pelos participantes do projeto, difundindo a proposta de trabalho comum, construção coletiva e intercâmbio de experiências do Programa URB-AL.

2.4 Impacto a curto e longo prazo

Máximo 3 páginas. Distinguir três vertentes do impacto a curto e longo prazo:

- (a) - Vertente financeira (*Como serão financiadas as actividades após o termo da subvenção comunitária?*)

Os objetivos e atividades do projeto serão cumpridos no período programado, 15 meses, com os recursos previstos no financiamento, não necessitando de recursos adicionais. Os efeitos que o projeto poderá provocar, a longo prazo, em termos de fomentar novos processos na cidade coordenadora e nas cidades sócias no sentido de implementarem e aprimorarem instrumentos de planejamento que potencializem os procedimentos relacionados ao Orçamento Participativo têm, por outro lado, potencial suficiente para se concretizarem, uma vez que todos os sócios, além de estarem comprometidos com o tema proposto, já investem em recursos humanos e financeiros nas áreas de Planejamento e Orçamento Participativo.

Em Belo Horizonte, a Gerência de Orçamento Participativo da Coordenação de Participação Popular, vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral possui rubrica orçamentária para destinação de recursos próprios municipais para as atividades concernentes ao tema do projeto, que já são aqui regularmente desenvolvidas.

Além disto, existe na estrutura interna da PBH órgãos voltados para a articulação intersetorial do OP que sustentam e consolidam parâmetros técnicos, políticos e metodológicos incorporados ao OP.

(b) - Vertente institucional (*Há estruturas que permitam a continuação das actividades após a conclusão do presente projeto ? Há uma «apropriação» local dos resultados do projeto?*)

A Prefeitura de Belo Horizonte e os demais sócios do projeto possuem estrutura capaz e dar continuidade às atividades previstas, sendo que, no caso de Belo Horizonte, o Orçamento Participativo conta com três instâncias administrativas com atribuição de planejamento, coordenação, execução, monitoramento e interação com a população: A Secretaria Municipal da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Informação - SCOPLAM, a Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental – SCOMURBE e Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional – SCOMGER, em número de nove, uma em cada Região Administrativa do Município.

Na Secretaria Municipal da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Informação há uma Coordenação de Participação Popular, que possui uma gerência do Orçamento Participativo. Esta coordenação responde pelo planejamento e metodologia do OP, bem como do planejamento de ações de mobilização popular em todo o processo.

A Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental – SCOMURBE, coordena o processo de elaboração dos projetos para os empreendimentos, desde a fase inicial (fornecimento de dados básicos urbanos e outras informações técnicas), passando pelo fornecimento de informações para subsidiar a escolha dos empreendimentos (resultado das vistorias e preços estimados dos empreendimentos pré selecionados na 2ª rodada do OP), até as etapas de licitação e elaboração de projeto executivo e licitação dos empreendimentos aprovados.

Cabe às Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional a execução dos empreendimentos e a interação cotidiana com as COMFORÇA, através das suas Gerências Regionais de Orçamento Participativo.

Existe também instituído, o Grupo Gerencial do Orçamento Participativo – GGOP – que reúne responsáveis dos órgãos e secretarias envolvidos com o OP e que tem como atribuição articular as diversas ações destes órgãos no processo de planejamento e execução do OP. Além da Gerência do OP ligada à Secretaria de Planejamento, e das 09 Gerências Regionais do OP, existem duas gerências responsáveis pelo Orçamento Participativo na Secretaria Municipal de Coordenação da Política Urbana (Planejamento e Obras) e uma Gerência do Orçamento Participativo da Habitação na Secretaria Municipal de Habitação.

Estas estruturas permitirão que haja uma apropriação não só institucional, permitindo também a apropriação dos outros atores destinatários com quem mantém interlocução permanente - instâncias da sociedade organizada de acompanhamento, monitoramento e fiscalização do OP – possibilitando, por exemplo, que o monitoramento de inversão de prioridades seja “inter-atorial” , realizado pelos diversos atores envolvidos no OP, e não seja somente um instrumento da prefeitura.

(c) - Vertente política (*Qual será o impacto estrutural do projecto - por exemplo, resultará na melhoria da legislação, códigos de conduta, métodos etc.?*)

Espera-se com o projeto:

- Que ele possibilite o aprimoramento da metodologia utilizada nos orçamentos participativos existentes no sentido de que possam contribuir para os planos de desenvolvimento urbano de longo prazo das cidades, incluindo a população na indicação das suas necessidades, na alocação dos recursos e na priorização de investimentos, utilizando critérios técnicos e de planejamento apropriados por ela;
- Que crie condições para que se torne instrumento eficaz de promoção de *inversão de prioridades*, através da utilização de critérios previamente definidos para a distribuição dos recursos, construídos a partir da utilização de instrumentos de planejamento aplicados às áreas dos municípios qualificando as intervenções em áreas carentes das cidades facilitando o acesso da população à saúde, educação, lazer, transporte e limpeza urbana, entre outros serviços, melhorando a qualidade de vida de seus moradores;
- Que contribua para o reforço, a nível político, da esfera pública não governamental e para a

ampliação do espaço de interface entre os diferentes atores urbanos. Neste sentido, espera-se que as inovações propostas possam vir a ser incorporadas nos instrumentos de regulamentação normativa dos OP que em Belo Horizonte são o Caderno de Metodologia, o Caderno de Diretrizes, as Normas dos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo, os Regimentos Internos das COMFORÇA. Estes e os demais instrumentos normativos e legais do conjunto das cidades sócias poderão obter reforço no seu papel de monitoramento de políticas públicas a nível municipal.

3. Orçamento para o projeto (ANEXO B)

Apresente o orçamento para a duração total do projecto e para os **15** primeiros meses do projecto.

Para mais informações, consulte as « Orientações destinadas aos candidatos a subvenções no âmbito do convite à apresentação de propostas para a coordenação de 6 novas redes temáticas».

Observação: o orçamento deve ser redigido em conformidade com o anexo B (documento Excel).

4. Fontes de financiamento previstas

Apresentar informações sobre as fontes de financiamento previstas para o projecto.

Observação: estas informações devem ser redigidas em conformidade com o anexo B (documento Excel).

II - CANDIDATO (candidato à coordenação de um projecto comum)

1. Identidade

Designação jurídica completa:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Designação abreviada (se for caso disso) :	PBH
Estatuto jurídico:	PREFEITURA MUNICIPAL
Número de IVA (se for caso disso) :	CGC
Endereço oficial	Avenida Afonso Pena, 1212 Centro
Endereço postal:	
Pessoa a contactar:	Maria Auxiliadora Gomes
Nº de telefone :	3277-4983
Nº de fax :	3277-4343
Endereço electrónico:	dora@pbh.gov.br
Sítio Internet:	http://www.pbh.gov.br

2. Referências bancárias

O banco deve estar estabelecido no país de registo do candidato.

Denominação da conta:	URBAL-OP
Nº da conta:	6211-1
Código do banco:	001
Código SWIFT:	AGÊNCIA 1615-2
Nome do banco:	BANCO DO BRASIL
Endereço do banco:	
Nome do(s) signatário(s):	JÚLIO RIBEIRO PIRES
Função do(s) signatário(s):	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

Banco correspondente (se for caso disso)

Denominação da conta:	
Nº da conta:	
Código do banco:	
Código SWIFT:	
Nome do banco:	
Endereço do banco:	

3. Apresentação do candidato (máximo 3 páginas)

Belo Horizonte está próxima dos maiores mercados consumidores e localiza-se na Região Sudeste do país, que é responsável por 60% do PIB nacional. A capital do estado de Minas Gerais polariza, num raio de 10 km, um mercado consumidor de 6.400.000 de pessoas.

Possui uma economia forte, com 84% de sua atividade econômica baseada no setor de serviços, e é reconhecidamente um pólo econômico que não depende de grandes indústrias, uma vez que as atividades avançadas do setor terciário são as que se destacam no cenário da economia local, tal como no novo sistema econômico global.

Belo Horizonte busca incentivar os setores emergentes de alta tecnologia nos quais já existem aglomerações de empresas de base tecnológica, como por exemplo o setor de informática – em particular software –, o setor de biotecnologia, medicamentos e química fina e o setor de automação industrial, apoiados por importantes instituições públicas de pesquisa.

Fundada em 12 de dezembro de 1897, a cidade ocupa hoje uma área de 335 Km² com população de 2.238.526 habitantes, constituída por 280 bairros formais, 179 vilas, favelas e 21 conjuntos habitacionais, sendo que aproximadamente 21% desta população (478.107 pessoas) encontra-se nas vilas e favelas, em áreas extremamente adensadas, ocupando apenas cerca de 5% do território municipal (SMHAB - 2001), fato este que identifica uma disparidade no processo de ocupação da cidade. Estas regiões da cidade são marcadas pela ausência de intervenção do poder público ao longo dos anos, resultando, dentro outros fatores, na falta de infra estrutura básica, tais como vias de acesso, saneamento básico, etc.

Os moradores destas regiões tem sido os principais mobilizadores do Orçamento Participativo durante os seus dez anos de existência no município. Por conseqüência, é nas vilas e favelas que vêm ocorrendo o maior número de intervenções através do OP, tanto em infra-estrutura, como na implantação e ampliação de equipamentos destinados à saúde, assistência social e educação.

Aspectos Demográficos

- População Total Residente (em 2000): 2.238.526
Homens: 1.057.263
Mulheres: 1.181.263
Crescimento (1980/2000) : 1,15 %
- Índice de Alfabetismo - População de 5 anos ou mais de idade - 2000
População Alfabetizada : 2.079.817
% Alfabetismo : 92,91%

Fonte: Censo Demográfico de 2.000 por Setor Censitário

- Taxas de Crescimento do PIB (Acum. Ano)

Setor de Atividade Econômica	Belo Horizonte	Minas Gerais	Brasil
Agropecuário	- 87,44	21,34	5,79
Industrial	- 9,84	0,30	1,52
Serviços	2,63	0,72	1,49

Compara o trimestre de referência a igual trimestre do ano anterior.

Fonte: IBGE, FJP e GEIT/SMMA/PBH

Aspectos Sociais

- Índice de Desenvolvimento Humano de algumas Capitais Brasileiras – 1999/2000

	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa Bruta de Frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)	Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDH)
Belo Horizonte	68,64 – 70,52	74,11 – 87,89	407,19 – 557,44	0,790 – 0,839
Brasília	68,87 – 70,37	77,64 – 91,98	464,95 – 605,41	0,798 – 0,845
Porto Alegre	69,87 – 71,59	82,63 – 92,22	520,73 – 709,88	0,824 – 0,865
São Paulo	68,56 – 70,66	75,32 – 85,48	528,31 – 610,04	0,804 – 0,841

- Instrumentos de Planejamento utilizados no Orçamento Participativo

- Índice de Qualidade de Vida – IQVU – é utilizado para distribuição dos recursos. O IQVU mede aspectos relativos à oferta de equipamentos e serviços urbanos. Para o cálculo do IQVU, foi adotada a divisão das 09 regiões da cidade em áreas menores, denominadas Unidades de Planejamento – UP, totalizando 81 áreas, sendo que os grandes aglomerados de vilas constituem UP independentes. A distribuição de recursos é diretamente proporcional a população e inversamente proporcional ao IQVU.
- O IVS – Índice de Vulnerabilidade Social, que possibilita a identificação das regiões da cidade onde a população está mais vulnerável à exclusão social, denominadas como as Áreas Prioritárias para Inclusão Social e hierarquizadas de acordo com o IVS, mediante um conceito operacional de pobreza relativa combinado ao de pobreza absoluta, envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental – urbana, no universo dos 2564 setores censitários definidos pelo IBGE. O mapeamento destas áreas é utilizado no planejamento e definição de prioridades das políticas públicas, sendo que, demandas apresentadas ao OP pelas comunidades das Áreas Prioritárias recebem um *peso* baseado na proporção dessa população em relação à população da região, que se traduz em fator multiplicador dos votos na 2ª rodada e no Fórum Regional.

Peso para votação de demandas nas Áreas Prioritárias para Inclusão Sócio-Espacial (Extrato 1)			
REGIONAL	POPULAÇÃO EXTRATO I	% da Pop. do Extrato 1 sobre a Pop. Regional	Peso
BARREIRO	26.002	9,9%	30%
CENTRO-SUL	38.875	14,9%	40%
LESTE	29.340	11,5%	30%
NORDESTE	21.478	7,8%	20%
NOROESTE	17.349	5,1%	20%
NORTE	19.792	10,2%	30%
OESTE	28.201	10,5%	30%
PAMPULHA	7.680	5,4%	20%
VENDA NOVA	13.714	5,6%	20%
TOTAIS	202.431	9,0%	
População BH	2.238.526		
* Valor a ser aplicado sobre a votação de demandas situadas dentro dos limites das Áreas Prioritárias para Inclusão Sócio-Espacial, na 2ª rodada e no Fórum Regional.			

- Planos Globais Específicos – PGE são instrumentos de planejamento das intervenções em vilas e favelas, incorporados em 1995 ao Plano Diretor para promover a intervenção estrutural nas vilas e favelas e em 1998 ao OP, tornando-se um pré-requisito para aprovação e orientação das intervenções demandadas. Assim, a aprovação de recursos para onde ainda não existe PGE já definido ou executado se dá juntamente com a aprovação de recursos para a sua elaboração. Esta consiste em estudos detalhados de um determinado núcleo ou aglomerado de favelas, abordando os aspectos urbanístico - ambiental, sócio – econômico, organizativo e jurídico – legal. Já foram aprovados no Orçamento Participativo 49 Planos Globais Específicos, estando 25 em execução e 24 concluídos.
- ISA- Índice de Saneamento Ambiental que considera obras aprovadas e não executadas do OP para definição de prioridades de intervenções do Plano Municipal de Saneamento de BH – PMS 2004/2007.

Quadro Físico Orçamento Participativo - OP 94 A 2003/04

- Total de 969 Empreendimentos Aprovados , 729 concluídos e 240 em andamento
- Aprovados no Fórum Regional de Prioridades OP 2005/06 em agosto 2004, mais 117 empreendimentos que irão compor o Plano de Empreendimentos OP 2005/06, totalizando 1086.

4. Capacidade de gestão e de execução de projetos

4.1. Experiência em projectos similares

Máximo 1 página por projecto. Apresentar uma descrição dos projectos geridos pela organização no decurso dos cinco últimos anos nos domínios abrangidos pelo programa, indicando cuidadosamente para cada projeto os seguintes elementos:

- a finalidade e a localização do projeto
- os resultados do projeto
- o papel da organização (responsável ou parceiros) e seu nível de participação no projeto
- os custos do projeto
- os organismos dadores para o projecto (nome, endereço, endereço eletrônico, nº de telefone, montante da subvenção/doação)

Projeto "Internet: como socializar seu uso e suas práticas"

Rede nº 3 – Democracia na Cidade do Programa Urb-al da Comissão Européia coordenada pela cidade francesa de Issy-les-Moulineaux.

Cidade coordenadora do Projeto: Belo Horizonte

Cidades sócias: Abrantes (Portugal), Granada (Espanha), Juiz de Fora (Brasil), Lima (Peru) e Viña del Mar (Chile)

O projeto iniciou-se em janeiro de 2003 encerrou-se em 30 de julho de 2004

Custos do projeto: 258.417 Euros, sendo 100.000 Euros financiados pela Comissão Européia.

Projeto de Juventude e participação cidadã: Práticas formação e Ações

Rede nº 3 – Democracia na Cidade do Programa Urb-al da Comissão Européia coordenada pela cidade francesa de Issy-les-Moulineaux.

Cidade coordenadora do Projeto: Manizales (Colômbia)

Cidades sócias: Belo Horizonte (Brasil) Lima (Peru) Issy-les-Moulineaux (França), Frameries (Bélgica)

O projeto iniciou-se em julho de 2002 e encerrou-se em junho de 2004.

Custos: **US\$ 8.394,00** (passagens aéreas BH- Bruxelas- BH) **R\$ 19.363,30** (organização do Segundo Encontro Internacional do Projeto de 16 a 26 de julho de 2003) **US\$ 5.095,32** (passagens aéreas BH-SP-PARIS)

Rede nº 6, Meio Ambiente Urbano, coordenada por Málaga, na Espanha.

Belo Horizonte irá participar do "Primeiro Curso de Formação Presencial do Observatório de meio Ambiente – OMAU na cidade de Málaga – Espanha entre os dias 18 e 29 de outubro de 2004.

Projeto " Políticas Intersectoriais para o combate à exclusão social "

Rede nº10 – Luta contra a Pobreza Urbana coordenada por São Paulo – Brasil

Cidade coordenadora do Projeto: Belo Horizonte

Cidades sócias : Málaga (Espanha), São Paulo (Brasil), El Bosque (Chile), Azul (Argentina), Cusco (Peru), Maringá (Brasil), Juiz de Fora (Brasil), São Bernardo do Campo (Brasil), Jacareí (Brasil), Diadema (Brasil), Avilis (Espanha), Vila Real de Santo António (Portugal).

O Projeto está em processo de assinatura de contrato

Custos do projeto : 200.000 Euros

Rede nº 12, Promoção das mulheres nas instâncias de decisão locais, coordenada por Barcelona, Espanha

Belo Horizonte participa do projeto "Observatório de Mulheres e Emprego - Inclusão Social e Produtiva da Cidadania Ativa das Mulheres" que é coordenado por Barcelona.

Sócios: Uruguai, Equador, Costa Rica e Brasil.

O projeto iniciou-se em 2004, está em andamento, e ainda não recebeu verba.

Projeto @lis: Comunidade Européia, SES, PBH, UFMG e MS

Objetivo: Promover acesso informatizado às consultas, tele-medicina, informatização das cartelas clínicas, ect., diminuir o tempo de espera do paciente, estruturar um sistema de consultoria e segundo opinião médica, via rede, através da tele-consulta de especialistas que atendem nos centros de saúde.

Parceiros: UFMG (Hospital das Clínicas, Departamento da Ciência da Computação e Núcleo da Saúde Coletiva), MS, SES-MG.

Parceiros não brasileiros:

CUP 2000 – empresa privada de processamento de dados da região da Bologna, a região da Emilia Romagna e a Província Autônoma de Trento;

Grupos da Finlândia (North Karelia Hospital District);

Universidade da Dinamarca (University Department of Social Sciences of Roskilde) e Itália (Iscos-Cisl Emilia Romagna);

No Brasil, a Escola Sindical 7 de outubro e a CUT acompanharão a estruturação da experiência, como também as prefeituras de Recife, Porto Alegre e Aracaju para que possam ser reproduzidas posteriormente.

Iniciou-se em outubro de 2003 e continua em andamento.

Valor do projeto: 1,9 milhões de Euros financiado pela Comunidade Européia

4.2 Conhecimentos especializados sobre o tema da rede

Máximo 3 páginas. Apresentar as informações que permitam apreciar a dimensão e natureza dos conhecimentos especializados adquiridos no domínio da rede temática (exemplo, a importância e inserção do tema considerado nas políticas urbanas, atuais ou passadas, realizadas pela autarquia local)

Ao completar dez anos, o Orçamento Participativo de Belo Horizonte reúne características relevantes e também especificidades com relação às experiências similares de gestão pública que revelam aspectos de particular interesse para a avaliação desta importante e progressiva prática de gestão democrática em curso dentro e fora do país. Merecem atenção os seguintes atributos desta experiência:

- contar com altos índices de participação desde a sua origem e de gozar de sólida credibilidade por parte da população;
- constituir uma das mais continuadas experiências de gestão participativa no país e que não sofreu rupturas em seu conteúdo geral e na sua condução, por três mandatos consecutivos;
- estar dimensionado para relacionar os aspectos de urbanização física e social, numa perspectiva de planejamento da cidade;
- produzir benefícios de grande abrangência e relevância social para a cidade.

O Orçamento Participativo de Belo Horizonte consolidou as nove regiões administrativas do município, sua redivisão em sub-regiões e, posteriormente, as Unidades de Planejamento (UP) como espaço territorial para o levantamento e a indicação dos empreendimentos. Garantiu o aporte de recursos distribuídos de forma diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda, instituindo critérios unificados para a cidade, dando início à descentralização de uma das principais políticas de urbanização que a cidade passou a conhecer. Garantiu também a inversão de prioridades como princípio básico da gestão, destinando maiores recursos para as regiões mais carentes e mais populosas.

Neste período, todas as iniciativas empreendidas para fortalecer e promover os avanços das práticas do Orçamento Participativo em Belo Horizonte envolveram mudanças em regras anteriormente vigentes, passando por ajustes metodológicos, reformulação e implementação de novos instrumentos de planejamento, a busca da universalização e isonomia dos critérios e a clareza de seus fundamentos. Um dos objetivos centrais dos constantes esforços de atualização e reformulação da metodologia e do formato do Orçamento Participativo é o de atribuir-lhe função estratégica e transformá-lo em instrumento de planejamento de ações do governo. Neste sentido, o OP logrou incorporar concepções e práticas de planejamento de outras áreas, indicadores de vulnerabilidade social e de qualidade de vida da população, buscando integrar setores mais amplos da sociedade em suas discussões e deliberações e promover a articulação com outras políticas que o permitem interagir com ações e definições que vão do nível mais local aos mais abrangentes, envolvendo o conjunto da administração municipal.

Assim, estrutura do OP de Belo Horizonte, além de propiciar a definição prévia e detalhada dos empreendimentos e de seus custos, consegue também incorporar, a partir de 1998, a exigência de elaboração de Planos Globais Específicos (PGE) para orientar as intervenções aprovadas nas Vilas e Favelas. Em 2000, estabelece as Unidades de Planejamento – UP como base territorial para a definição de empreendimentos. Em 2002, incorpora o IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana para balizar a distribuição dos recursos entre as regiões. Também desenvolve, a partir de 2000, mecanismos de participação visando incorporar os setores médios da cidade, ainda pouco envolvidos no OP, com a constituição de sub-regiões especiais compostas pelas Unidades de Planejamento (UP) com IQVU mais alto e com a ampliação dos recursos de investimentos para atender a estas áreas, conseguindo, com isto, o envolvimento deste segmento da população sem comprometimento da dotação historicamente definida para as demais UP da cidade, mantendo-se a orientação de beneficiar, prioritariamente, as regiões mais carentes. Por fim, se estabelece, em 2002, mecanismos para aprovação de obras nas áreas prioritárias para inclusão urbana e social, áreas estas que são, ou deverão vir a ser, contempladas pelo Programa BH Cidadania, que integra as diversas políticas da área social voltadas para as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, resultando na concreta articulação da política urbana com a política social, na medida em que é atribuído às demandas dessas áreas um peso que se traduz em fator multiplicador na votação das prioridades baseado na proporção entre a população destas áreas e a população total da regional administrativa

onde estão inseridas, sendo que as áreas prioritárias que foram contempladas com obras do Participativo serão, também, contempladas com a expansão do Programa BH Cidadania.

Para a compreensão do significado dos resultados e das principais transformações ocorridas em Belo Horizonte desde a implantação do OP, foi elaborado em 2003 um indicador de “acessibilidade / percepção para as obras do Orçamento Participativo”, construído a partir da consideração das distâncias médias a serem percorridas por cada grupamento sócio-econômico para acessar os benefícios, equipamentos urbanos e obras de infra-estrutura empreendidos pelo OP, a partir da apropriação dos dados quantitativos referentes às populações dos setores censitários distantes, em média, 500 metros ou menos da referida obra, equipamento ou benefício, levando-se em conta os seguintes aspectos: número e perfil de renda da população diretamente beneficiada pelos empreendimentos do OP; abrangência dos benefícios propiciados pelas obras do OP; relevância social do OP no que se refere à articulação de empreendimentos em áreas ocupadas por populações social e economicamente excluídas da “vida” urbana; papel do OP na articulação intersetorial das ações do governo. A agregação dos dados sobre a densidade demográfica e a realidade sócio-econômica das populações beneficiadas permite contemplar os aspectos relativos à abrangência e à relevância social das obras em questão. São ainda arroladas informações sobre a alocação das obras, limites das unidades administrativas e limites das áreas prioritárias para inclusão social, que permitem depreender quais as áreas contempladas pela primeira vez com uma obra do OP; as não contempladas pelo OP em andamento, mas contempladas pelos OP anteriores; as áreas com grande concentração de obras do OP e, por fim, as áreas nunca contempladas pelo OP. Por este critério pode-se dizer se a população da área é beneficiada direta ou indiretamente pelo processo de urbanização ou pela rede de equipamentos prestadora de serviços públicos, podendo acessar ou perceber este benefício. Outro aspecto essencial que pode ser depreendido através da utilização deste indicador diz respeito à possibilidade de verificação quanto à inversão de prioridades a favor da população mais carente da cidade promovida pelo OP.

Vale ainda ressaltar que, no transcorrer destes dez anos, as instâncias de participação, com atribuição de acompanhamento, monitoramento e controle social do OP e das políticas municipais também passaram por reformulações, através de aproximações sucessivas, sempre na busca de um formato e um conteúdo que respondesse de forma mais apropriada à sua crescente necessidade de qualificação. Nesse processo, passaram a desenvolver e a relacionar com práticas de capacitação, envolvendo estudos e elaboração de diagnósticos, construção de índices e outras iniciativas através da realização de amplos fóruns de debate e resoluções que trouxe como resultado a consolidação de uma grande rede de organizações e fóruns onde governo e a população se fazem representar com a capilaridade necessária para o envolvimento de amplas camadas de cidadãos e cidadãs ao “fazer político” no âmbito das ações do poder público municipal tendo como principais resultados a apropriação de direitos constitucionais e a criação de novos espaços para a promoção da cidadania.

4.3 Recursos

Máximo 3 páginas. Apresentar uma descrição pormenorizada dos diferentes recursos colocados à disposição da organização, nomeadamente os seguintes elementos:

a) O orçamento anual para os três últimos anos do departamento que será responsável pela gestão da coordenação da rede temática (indicando, se for caso disso, para cada ano os nomes das principais entidades financiadoras e o montante da respectiva contribuição em relação ao rendimento anual da autarquia local).

O departamento responsável pela gestão do projeto na Prefeitura de Belo Horizonte será a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SMPL) , que está subordinada a Secretaria Municipal de Coordenação Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral (SCOPLAN).

Orçamento Anual

Referente a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SMPL)

Quadro de Detalhamento de Despesas (R\$ 1,00)			
Aplicação Programada	2002*	2003**	2004***
Gestão do Processo Orçamentário	262.148,00	351.848,00	519.441,00
Coordenação do Orçamento Participativo	442.857,00	347.153,00	300.329,00
Apoio a Promoção de Projetos e Pesquisas de Políticas Públicas	-	96.410,00	-
Coordenação da Captação e controle de Aplicação de Recursos	309.147,00	340.962,00	265.802,00
Apoio a Atividades Administrativas e Financeiras	2.193.172,00	1.616.560,00	1.401.834,00
TOTAL GERAL	3.207.324,00	2.752.933,00	2.487.406,00

* A preço de 01 de Janeiro de 2002 – Art.4º da Lei 8.290/2001

** A preço de 01 de Janeiro de 2003 – Art.4º da Lei 8.469/2002

*** A preço de 01 de Janeiro de 2004 – Art.4º da Lei 8.726/2003 com veto de orçamento

b) O número de pessoas empregadas a tempo integral e parcial por categoria no departamento que será responsável pela gestão da coordenação da rede temática (*por ex^e número de gestores de projectos, contabilistas etc.*).

A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral é constituída das seguintes gerências, totalizando 92 funcionários.

- Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (5 funcionários);
- GEOP - Coordenação da Participação Popular e Gerência do Orçamento Participativo (25 funcionários);
- GEAF-PL - Gerência Administrativo – Financeira (27 funcionários);
- GEFR - Gerência de Financiamentos e Repasses (05 funcionários);
- GEOP - Gerência de Orçamento (12 funcionários);
- GEDE - Gerência de Planejamento das Ações de Desenvolvimento Sócio –Econômico (16 funcionários);
- GRIN - Gerência de Relações Internacionais (02 funcionários);
- GAPPE - Gerência de Apoio a Projeto e Pesquisas (06 funcionários).

Destes, estarão diretamente envolvidas no projeto, o Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, a Coordenação de Participação Popular e as Gerências do Orçamento Participativo, Administrativo – Financeira e Relações Internacionais, em equipe conforme descrição a seguir, constituída por 13 pessoas:

Coordenação do projeto: 4 pessoas
Técnicos: 3 pessoas
Relações Internacionais: 1 pessoa
Apoio logístico e administrativo: 4 pessoas

Coordenação do Projeto	
Fernando Nogueira (currículo anexado)	Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral/PBH
Maria Auxiliadora Gomes (currículo anexado)	Coordenadora da Participação Popular/Orçamento participativo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
Marcos Ubirajara de Carvalho Camargo (currículo anexado)	Consultor de Geoprocessamento na Secretaria Municipal de Modernização, Administrativa e Informação
Rosana Baccarini (currículo anexado)	Assessora da Coordenação da Participação Popular
Assessoria Técnica	
Fernanda Márcia Machado	Engenheira civil
Cláudia Júlio Ribeiro	Engenheira sanitária
Maria Inês de Souza	Gerente de Planejamento do OP
Saulo Tiago Rodrigues	Geógrafo
Relações Internacionais	
Cássia Luiza Vasconcelos de Oliveira	Gerente de Relações Internacionais
Apoio logístico e Administrativo	
Gilma Carmélia Alves dos Santos	Gerência de Apoio ao Orçamento Participativo
Nilda de Souza Costa Rios	Assistente Administrativo
Ana Paula Benaton Gomes	Técnico de Nível Superior atuando na Área de Comunicação da Coordenação da Participação Popular
Emília Carolina Gonçalves de Oliveira e Souza	Educadora Social / Assessoria Coord. Part. Popular

c) Material e instalações do departamento que será responsável pela gestão da coordenação da rede temática

O departamento de Coordenação do Projeto é a Coordenação da Participação Popular e Gerência do Orçamento Participativo, que possui os seguintes equipamentos, alocados em suas gerências, também enumeradas a seguir:

Coordenação da Participação Popular
04 computadores, 01 impressora

GEPOP - Gerência de Planejamento do Orçamento Participativo
03 computadores

GEAOP – Gerência de Apoio ao Orçamento Participativo
03 computadores, 01 impressora, 01 fax

GMOOP – Gerência de Monitoramento do Orçamento Participativo
02 computadores, 01 impressora, 01 Scanner

Centro de Documentação e Memória

01 computador, 01 TV e 01 vídeo

5. Outros pedidos apresentados às instituições europeias, ao Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) ou aos Estados-Membros da UE

5.1 Subvenções, contratos ou empréstimos obtidos no decurso dos três últimos anos provenientes das instituições europeias, do FED ou dos Estados-Membros da UE

Designação da acção	Rubrica orçamental da CE, FED ou outra fonte	Montante (EUR)	Data de obtenção
PROSAN/RMBH	BID – BIRD	R\$40.632.000,00	02/1993
DRENURBS	BID – BIRD	US\$46.500.000,00	05/2004

5.2 Pedidos de subvenção, apresentados (ou a apresentar) às instituições europeias, ao FED ou aos Estados-Membros da UE no ano corrente:

Designação do projecto	Rubrica orçamental da CE, FED ou outra fonte	Montante (EUR)

CARTAS DE ADHESIÓN

Esta sección deberá ser completada por cada uno de los miembros del proyecto común, como se especifica en el punto 2.1.2 de la «Guía para los solicitantes de subvenciones en el contexto de la convocatoria de propuestas para la coordinación de proyectos comunes».

Se ruega reproducir la tabla siguiente todas las veces que sea necesario para añadir socios (1 tabla por cada miembro).

<p>1. Entidad local</p> <p>Nombre de la entidad local (Denominación oficial en la lengua original) _____</p> <p>Departamento (opcional) _____</p> <p>2. Representante legal</p> <p>Nota: El representante legal deberá estar legalmente habilitado para comprometer recursos financieros.</p> <p>Nombre y apellidos: _____</p> <p>Función: _____</p> <p>Calle: _____</p> <p>Apartado de correos: _____</p> <p>Código postal y localidad: _____</p> <p>País: _____</p> <p>Teléfono: _____ Fax: _____</p> <p>Correo electrónico: _____</p> <p>3. Persona de contacto</p> <p>Nota: La persona de contacto deberá <u>obligatoriamente</u> pertenecer al municipio o entidad local (por ejemplo: funcionario municipal, consejero regional, etc.).</p> <p>Nombre y apellidos: _____</p> <p>Función: _____</p> <p>Calle: _____</p> <p>Apartado de correos: _____</p> <p>Código postal y localidad: _____</p> <p>País: _____</p> <p>Teléfono: _____ Fax: _____</p> <p>Correo electrónico: _____</p> <p>4. Declaración de adhesión</p> <p>Yo, abajo firmante, declaro oficialmente la adhesión del municipio del cual soy representante legal, al proyecto común _____ coordinado por (cítese la colectividad local) _____ con el compromiso de participar a las actividades del presente proyecto y de asumir una parte de su cofinanciación con arreglo a las indicaciones del presupuesto incluido en el mismo.</p> <p>Nombre: _____</p> <p>Función: _____</p> <p>Fecha ____ / ____ / ____</p> <p>Firma: _____ . Estampilla del municipio: _____</p>

DECLARACIÓN DEL SOLICITANTE (candidato a coordinar un proyecto común)

El (la) abajo firmante, en su calidad de persona responsable de este proyecto en el organismo solicitante, certifica que:

(a) las informaciones proporcionadas en la presente solicitud son correctas; y

(b) el solicitante y sus socios son admisibles con arreglo a lo estipulado en los puntos 2.1.1 y 2.1.2 del documento «Guía para los solicitantes de subvenciones en el contexto de la convocatoria de propuestas para la coordinación de proyectos comunes», cuyo contenido han consultado con atención.

Nombre:	
Función:	
Firma:	
Lugar y fecha:	

sta de control

Antes de enviar o proyecto, verificar se o pedido está completo:

O formulário do pedido

- o processo está completo e preenchido em conformidade com o formulário do pedido
- um exemplar original e sete cópias de todos os documentos
- o projecto foi dactilografado e redigido em inglês, francês, espanhol ou português.
- os quadros da «apresentação dos parceiros» forma devidamente preenchidos e as «declarações de parceria» estão assinadas e datadas pelo candidato e por cada um dos parceiros
- o orçamento e as fontes de financiamento esperadas estão apresentados de acordo com o modelo do formulário do pedido (anexo B)
- no orçamento, a contribuição da Comissão Europeia está claramente indicada. Esta ascende a um montante máximo de 70% do total dos custos elegíveis do projecto e não excede o limite máximo de 500 000 euros.
- no orçamento, os custos administrativos não excedem 7% dos custos directos elegíveis
- no orçamento, os imprevistos não excedem 7% dos custos directos elegíveis
- a declaração do candidato está assinada (secção IV)
- o quadro-lógico foi completado (anexo C)

Anexos

- os estatutos do candidato

Anexo B (a preencher e juntar ao presente pedido)

Orçamento

Observação: Este documento deve ser apresentado em formato Microsoft Excel e fornecido num ficheiro separado.

Anexo C (a preencher e juntar ao presente pedido)

Quadro-lógico

Observação: Este documento deve ser apresentado em formato Microsoft Excel e fornecido num ficheiro separado.

Anexo D:

Montante de ajudas de custo diárias (per diem) a 1 de Janeiro de 200*

Observações importantes: As ajudas de custo diárias abrangem todos os custos de alojamento, de alimentação e de transporte urbano (http://europa.eu.int/comm/europeaid/index_en.htm).

Anexo E:

Modelo de contrato (<http://www.urb-al.com> ; http://europa.eu.int/comm/europeaid/index_en.htm).

¹ A copiar o número de vezes necessário. A presente declaração deve ser apresentada por cada membro que deseje aderir à rede temática.